

BRASIL

# HFB compra teste apesar de estoque

Mesmo com peças no depósito do ministério, unidade desembolsou R\$ 997,2 mil por 3.600 kits RT-PCR

Exclusivo!

BERNARDO COSTA  
bernardo.costa@odia.com.br

Houve nova compra por dispensa de licitação de testes RT-PCR para o diagnóstico de covid-19 por hospital federal do Rio, mesmo com testes disponíveis em depósito do Ministério da Saúde, em Guarulhos, em São Paulo, onde, até o dia 9 de dezembro, existiam cerca de sete milhões de unidades estocadas. Desta vez, a aquisição foi feita pelo Hospital Federal de Bonsucesso (HFB), no valor total de R\$ 997.200 para 3.600 testes. No dia 27 de dezembro, **ODIA** revelou, com exclusividade, que outra compra havia sido feita pelo Hospital Federal dos Servidores (HFSE): 4.500 testes ao preço de R\$ 1,2 milhão.

**ODIA** apurou que as compras estariam acontecendo devido a uma incompatibilidade entre os testes armazenados no depósito do Ministério da Saúde, da marca coreana Seegene, com os equipamentos disponíveis nos hospitais para a análise das amostras colhidas dos pacientes. Além disso, os kits do Ministério da Saúde estariam incompletos.

A aquisição dos testes pelo governo federal aconteceu



LUCIANO BELFORD

**ODIA** apurou que as compras estariam acontecendo devido a uma incompatibilidade entre os testes armazenados no depósito do ministério



**No final das contas, nenhum dos testes chega à população, deveria ter acesso aos kits**

ALEXANDRE TELLES, pres. Sindicato dos Médicos do Rio

em abril, e teria custado R\$ 290 milhões aos cofres públicos, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), que abriu investigação para apurar supostas irregularidades na transação, armazenamento e distribuição dos testes. A investigação está em andamento e sob sigilo.

A nota de empenho da compra feita pelo HFB é do dia 11 de dezembro. O hospital funciona parcialmente, pois

permanece com o Prédio 1 interditado após o incêndio que atingiu a edificação em 27 de outubro. No local, funcionavam os setores de emergência, cirurgias de alta complexidade, enfermarias, hemodiálise e exames de imagens. A Polícia Federal apura as causas do incêndio. Segundo a PF, o inquérito ainda não tem previsão para ser concluído.

“Essas compras mesmo tendo estoque de testes no

Ministério da Saúde são um desperdício de dinheiro público e também falta de operacionalização da logística, o que fez com que houvesse uma compra central e várias outras descentralizadas. No final das contas, nenhuma dessas chega à população, que é quem deveria ter acesso a esses kits”, critica o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, Alexandre Telles.

## Ministério adquiriu de organização

► Os testes RT-PCR em estoque em depósito do Ministério da Saúde foram adquiridos, em abril do ano passado, junto à Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). Em novembro, reportagem do Estadão revelou que 6,86 milhões de unidades tinham data de vencimento entre dezembro e janeiro. Outros 283.700 venciam entre fevereiro e março.

Após a denúncia, a Anvisa publicou, em 7 de dezembro, no Diário Oficial da União, norma que estendia o prazo de vencimento dos testes em quatro meses.

Os 3.600 testes comprados pelo HFB custaram R\$ 277 cada. Segundo a empresa que comercializou os testes, todos já foram entregues ao hospital, acompanhados das respectivas notas fiscais.

O Ministério da Saúde não respondeu aos questionamentos da reportagem de **ODIA**.

# Anvisa recebe pedido do Butantan

Agência tem dez dias para responder. Fiocruz requereu aval para usar vacina de Oxford

A Anvisa recebeu ontem o pedido de autorização temporária de uso emergencial, em caráter experimental, da vacina Coronavac. O pedido foi enviado pelo Instituto Butantan, que no Brasil conduz os estudos da vacina desenvolvida pela empresa Sinovac. A agência estima que levará até dez dias para avaliar.

O Butantan garante que a Coronavac tem eficácia de 78% para evitar casos leves da doença e de 100% para quadros moderados e graves. O Ministério da Saúde pretende comprar 100 milhões de doses em 2021, ou seja, toda a produção do instituto.

A Anvisa informou que já iniciou a triagem dos documentos e da proposta de uso emergencial. As primeiras 24h serão usadas para fazer triagem do processo e verificar se todos os documentos necessários estão disponíveis.

Ontem, a Fiocruz pediu à



DIVULGAÇÃO

Butantan garante que Coronavac tem eficácia de 78% em casos leves

Anvisa o aval para o uso emergencial de dois milhões de doses da vacina contra a covid-19 desenvolvida pela Universidade de Oxford e a farmacêutica AstraZeneca. A agência estima que levará até 10 dias para autorizar ou não.

A Fiocruz deseja distribuir, ainda em janeiro, estas doses

prontas, vindas de fábrica indiana. O produto foi comprado por R\$ 59,4 milhões no momento em que o governo é pressionado para antecipar o calendário de vacinação no Brasil. O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, aponta o dia 20 deste mês como data mais otimista para começar a

aplicar as doses no país

A Fiocruz receberá em janeiro insumo farmacêutico para completar a fabricação de cerca de 100 milhões de imunizantes deste modelo. A ideia é que as primeiras unidades sejam liberadas em fevereiro. No segundo semestre, a Fiocruz afirma que fará toda fabricação de outras 110 milhões de unidades. O governo prevê aplicar doses desta vacina em cerca de 50 milhões de brasileiros de grupos prioritários no 1º semestre.

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF, decidiu ontem que a União não pode requisitar à empresa produtora de seringas e agulhas cuja compra já tenha sido contratada por São Paulo. Em liminar, determinou também a devolução em 48 horas de qualquer material que já tenha sido entregue à União, sob pena de multa de R\$ 100 mil por dia em caso de descumprimento.



EVARISTO SA / AFP

Bolsonaro: protesto um dia depois de o país atingir triste marca

## Ato culpa Bolsonaro por 200 mil mortes

Manifestantes colocaram uma faixa bem em frente ao Palácio do Planalto

Um protesto ontem, em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, acusou o presidente Bolsonaro, pelas 200 mil mortes por covid-19 no Brasil. Os manifestantes colocaram uma faixa em frente ao palácio, com a afirmação: “200 mil mortes: a culpa é sua Bolsonaro”.

A manifestação desencadeou uma “guerra de hashtags” no Twitter. A hashtag movimentada pela oposição, #ImpeachmentBolsonaroUrgente, alcançou os assuntos mais comentados da rede social. O protesto ocorreu um dia depois de o país atingir a triste marca de duas centenas de milhares de mortos. Ontem, um novo pedido de impeachment foi protocolado contra Bolsonaro, desta vez pelo PT. Já são 60 pedidos no total; três deles foram arquivados pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Pressionado pela demora em tomar provi-

dências para aquisição de vacinas, Bolsonaro assinou um decreto que reabre crédito extraordinário de R\$ 19,9 bilhões para custear vacinação da população contra o covid-19. O crédito de R\$ 20 bilhões para esse fim estava previsto em medida provisória editada em 17 de dezembro, já no fim do exercício financeiro. Em razão da exiguidade de tempo, explicou o governo, o decreto reabrindo o crédito foi necessário.

O Palácio do Planalto, sede do governo brasileiro, determinou que o cartão de vacinação do presidente Jair Bolsonaro seja colocado sob sigilo de até cem anos. A Presidência informou que as informações de vacinação “dizem respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem”. O presidente se posicionou de forma reiterada contra a vacinação obrigatória e criou teses conspiratórias sobre os imunizantes, como o da Pfizer que poderia transformar os vacinados em jacarés.

## Próximos passos da solicitação emergencial

Se aceito, o uso do imunizante vale para o período de pandemia até o registro definitivo

Após o pedido do Butantan à Anvisa, qual serão os próximos passos? A avaliação será feita pela Diretoria Colegiada da agência que levará em consideração itens como qualidade, boas práticas de fabricação, estratégias de monitoramento e controle, e resultados provisórios de ensaios clínicos.

Se aceita, a concessão vale para o período de pandemia até a vacina receber o registro

definitivo, fica restrita ao sistema público de saúde, além do produto só ser liberado para o público previamente definido e testado nos estudos.

Outro ponto importante é que a autorização do uso emergencial não exclui a necessidade de registro sanitário. Ou seja, em caso de aprovação, ainda sim precisará ser oficialmente registrada.

Mas, a agência esclarece que poderão ocorrer modi-

ficações, suspensões ou cancelamentos da autorização temporária a qualquer momento, com base em elementos técnicos e científicos.

Se a Coronavac tivesse obtido autorização de ao menos uma agência reguladora dos EUA, China, Japão ou Europa, o tempo entre pedido e aprovação seria de 72 horas, conforme decisão mantida pelo Supremo Tribunal Federal

(STF) em 30 de dezembro.

As vacinas AstraZeneca (da Universidade de Oxford), Pfizer (da BioNTech) e Janssen (da Johnson & Johnson) também chegaram a fase de testes 3 no Brasil. Ontem a AstraZeneca fez o pedido de uso emergencial à Anvisa, além da Coronavac. É possível acompanhar o andamento do processo de aprovação das vacinas no site da agência reguladora.